

Eleição democrática: decida seu voto!

Candidatos à sucessão de Suely Vilela esclarecem o que pensam de questões como Estatuinte, Gatilho, carreira e salários

Em função da Eleição Democrática para Reitor, promovida pela Adusp nos dias 14 e 15 de outubro, apresentamos o que pensam os reitoráveis sobre questões decisivas de política interna da USP concernentes à gestão da instituição, tais como as normas de composição dos colegiados, os processos eleitorais, a reforma do Estatuto. Que propõem eles a respeito de questões específicas de extrema relevância para os docentes da USP,

como a Ação do Gatilho e a carreira docente? Como se colocam diante do sistema de avaliação erigido pela Capes?

Preocupada em qualificar o debate entre as candidaturas, a partir dos eixos acima delineados, a Adusp formulou uma série de perguntas, encaminhadas a todos os candidatos. A presente edição do Informativo Adusp publica as respostas de sete deles (vide quadro). Espera a Adusp, desse modo, contribuir para que o processo de

sucessão da reitora Suely Vilela — apesar de ainda realizado no formato eleitoral tradicional, antidemocrático, oligárquico — continue a politizar-se (na melhor acepção do termo), na esteira das greves do primeiro semestre de 2009 e da reação da comunidade à traumática invasão do campus do Butantã pela tropa de choque da Polícia Militar.

A USP, não resta dúvida, lidera o *ranking* das universidades mais conservadoras do Brasil. A sufocação das li-

berdades democráticas, porém, nem sempre transparece no cotidiano, embora disseminada em todos os trâmites burocráticos da nossa universidade e visível no funcionamento dos colegiados e nas regras que regem a escolha de dirigentes — diretores/as de unidades, pró-reitores/as, vice-reitor/a e reitor/a.

A questão da democracia, portanto, é prioridade máxima. O fatídico 9 de junho de 2009 a recolocou, novamente, no centro do debate polí-

tico na USP, levando alguns candidatos a pronunciarem-se a favor de mudanças no processo eleitoral. Grupos de docentes também constituíram-se, lançando manifestos sobre o tema. É fundamental que esse debate se intensifique, qualquer que seja o desfecho do presente processo de sucessão, pois a Estatuinte soberana, exclusiva e democrática continuará no topo da agenda do movimento universitário.

A Diretoria

Perguntas aos candidatos

O *Informativo Adusp* solicitou a todos os candidatos declarados a Reitor(a) que respondessem a oito perguntas. O conjunto das respostas de cada candidato não deveria ultrapassar 9 mil caracteres com espaços. O professor Chico Oliveira, “anticandidato”, informou que não iria responder. O professor Wanderley Messias pediu desculpas, mas avisou, por meio de sua secretária, que não poderia responder por problemas na agenda. Os demais candidatos responderam.

A seguir, as perguntas:

1 Qual a sua posição sobre a instalação de uma Estatuinte autônoma e soberana para reformular o Estatuto e o Regimento da USP? Qual deveria ser a sua composição?

2 Qual a sua posição sobre a composição atual dos colegiados? E sobre os processos oficiais de indicação de diretores de Unidade e Reitor?

3 Se eleito(a) Reitor(a) e, caso a atual Reitora ainda não tenha resolvido a questão, de que modo pretende pagar aos beneficiários o que lhes é devido pela ação do gatilho?

4 A pedido da atual Reitora, autorizada pelo Co, a Polícia Militar entrou na USP e transformou o campus do Butantã em uma praça de guerra na tarde de 9/6/09. Teria agido da mesma forma? Concorda com a atitude da Reitora?

5 Como se posiciona acerca da proposta de mudança na Carreira Docente

em discussão no Co? Caso a petição impetrada pela Adusp, reivindicando a anulação da votação realizada no Co, em reunião no dia 4/03, seja levada ao plenário do Co, como se manifestaria?

6 Como pensa em conduzir a discussão sobre salários? O que pensa sobre os níveis salariais vigentes?

7 Quais as suas propostas para a Graduação e Pós-Graduação? O que pensa do Sistema de Avaliação da Capes, incluindo o Qualis?

8 Que mecanismos pensa utilizar para tornar a discussão sobre o orçamento da USP mais democrática? Como pensa em tornar transparentes sua execução e acompanhamento?



ÍNDICE DESTA EDIÇÃO:

JOÃO GRANDINO RODAS 2

GLAUCIUS OLIVA 3

FRANCISCO MIRAGLIA 5

ARMANDO CORBANI 6

RUY ALTAFIM 7

SONIA PENIN 8

SYLVIO SAWAYA 9

JOÃO GRANDINO RODAS



“A questão do gatilho deve ser resolvida de uma vez por todas e os pagamentos agendados”

Diretor da Faculdade de Direito e membro da comissão que conduziu a reforma da carreira e outras alterações do Estatuto, o professor João Grandino Rodas defende um “diálogo” com o Governo estadual a respeito do problema, “pois o não cumprimento do gatilho não foi uma decisão interna da USP”. Quanto aos instrumentos do sistema Capes de avaliação, entende que são “imprescindíveis para a gestão com qualidade”

1. ESTATUINTE

O aprimoramento do Estatuto e do Regimento é uma necessidade premente para o desenvolvimento da nossa Universidade. No entanto, é condição para mudanças mais profundas, a definição do que deseja a universidade? Quais são os nossos anseios e os da sociedade que nos mantêm? Como julgamos adequada uma gestão que possa ser ao mesmo tempo dinâmica, garanta a nossa autonomia (melhorando inclusive os procedimentos atuais) e tenha um bom diálogo com o meio externo? Uma vez discutidas e definidas as grandes diretrizes, a redação do texto é mais técnica, porém o produto final deve atender às expectativas da comunidade acadêmica e da sociedade.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

O grupo “Compromisso USP” defende, de forma categórica, a representatividade dos colegiados, ao mesmo tempo que busca sempre a evolução gradativa dos sistemas. Como medida inicial,

recomendamos que os princípios de representatividade da LDB sejam implantados, seguindo-se as discussões para o seu aperfeiçoamento.

3. AÇÃO DO GATILHO

Inicialmente necessitamos saber o valor exato desse encargo, pois os números variam demasiadamente (fala-se de meio até 2,5 orçamentos anuais da USP). Com o valor exato devemos dialogar com o Governo, pois o não cumprimento do gatilho não foi uma decisão interna da USP e o seu pagamento não pode prejudicar as atividades acadêmicas. Em suma, a questão do gatilho deve ser resolvida de uma vez por todas e os respectivos pagamentos agendados.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

Particularmente, pelo meu currículo profissional, sou contra a violência, seja da máquina do Estado, seja de manifestantes que usam a força para impor as suas idéias. Ambas são anti-democráticas e só contribuem para o enfraquecimento geral. No caso particular, o ideal era

se ter antecipado o conflito e evitada a medida extrema. Na gestão do “Compromisso USP” pretende-se manter um diálogo contínuo com os alunos, docentes e funcionários técnico-administrativos, quer por meio de suas representações oficiais ou oficiosas, quer diretamente.

5. REFORMA DA CARREIRA

A carreira atual dos docentes não atende às expectativas dos mesmos e nem contribui para atrair novos talentos. A proposta votada criava níveis horizontais de progressão, similar ao dos funcionários não docentes, buscando até uma isonomia de tratamento entre os funcionários dentro da USP e destes com os das universidades federais. Considero um aprimoramento, apesar de não ser suficiente para o que desejamos. A proposta do grupo é acatar essa evolução e partir para estudar novas propostas de aprimoramento.

6. SALÁRIOS

Em vários debates deixei explícita a minha posição de que, se desejamos manter

uma universidade de classe mundial, os salários devem ser compatíveis. O que não ocorre hoje. Por outro lado, as nossas possibilidades vinculadas exclusivamente ao orçamento do Estado não são promissoras. Para pleitear qualquer aumento da nossa dotação teremos que demonstrar a sua origem, com a redução da dotação de um outro item. Lembrando que, particularmente, o Estado de São Paulo, nas últimas décadas, tem sido, em padrões internacionais, bastante generoso com o ensino superior. Por essa razão, temos que buscar outras alternativas, que não firam os princípios de autonomia e qualidade, como parcerias, doações, convênios com o governo federal e os municipais, etc.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

As atividades-fim da USP são realizadas pelas unidades. Pelo nosso princípio de desconcentração da universidade (mais do que de descentralização), caberá a elas formular as propostas, desde que obe-

deçam as regras básicas centrais da Universidade sobre o assunto. No entanto, a Reitoria deve incentivar para que as unidades façam uma análise crítica dos cursos ora ministrados e busquem a excelência nessas atividades. A Reitoria pode e deve contribuir para assessorar e instrumentar as unidades para esse fim, bem como para contribuir para a garantia da permanência dos estudantes na nossa universidade.

Quanto às avaliações, o grupo entende que elas são instrumentos imprescindíveis para a gestão com qualidade. Por isso, a nossa participação em avaliações externas deve ser incentivada, mesmo que tenhamos críticas para algumas delas. No entanto, essa participação deve ser pró-ativa, buscando sempre colaborar para aprimorar as metodologias de avaliação. Os seus resultados, também, devem ser analisados de maneira crítica e aproveitados para o aprimoramento das nossas atividades.

Por fim, no caso das avaliações da Capes, devo lem-

A transparência total é muito importante. Sou totalmente favorável a disponibilizar o orçamento, bem como os gastos feitos, no site da USP, para dirimir qualquer dúvida

brar que todas as diretrizes são emanadas da comunidade acadêmica do país, com grande participação da USP nos seus conselhos. Os representantes das áreas são indicados pela comunidade (coordenadores de programas), e estes escolhem a maioria absoluta dos membros do CTC (Conselho Técnico-Científico), que elabora

as diretrizes. Poucos membros do CTC representam o corpo discente e as pró-reitorias, além da própria diretoria da agência. Pelas informações que tenho, o CTC atua sempre com grande autonomia, sem sofrer restrições pela diretoria.

8. ORÇAMENTO

O orçamento da USP é ex-

tremamente restrito, já que mais de 80% vai para os salários e o restante é praticamente todo consumido no custeio, para o pagamento das contas dos serviços públicos e um pouco para a manutenção (ainda não satisfatório) dos campi, edifícios, laboratórios e bibliotecas. O pouco que resta para investimentos

(1% ou 2%) em valores absolutos pode representar muito, mas é insignificante para uma entidade como a USP. Portanto uma discussão sobre orçamento restringe-se a um percentual mínimo e claramente insuficiente para nós. Com tão poucos recursos efetivamente disponíveis para serem distribuídos, não sei o que

se pode discutir — casos de urgência?

De qualquer forma, acho que a transparência total é muito importante para mostrar à comunidade a nossa restrição financeira. Sou totalmente favorável a disponibilizar o orçamento, bem como os gastos feitos, no site da USP, para dirimir qualquer dúvida.

GLAUCIUS OLIVA



“Propomos antecipar as negociações salariais para pelo menos três meses antes da data-base”

Diretor do Instituto de Física de São Carlos e ex-membro da comissão que reformou o Estatuto, o professor Glaucius Oliva propõe “diálogo permanente” para evitar conflitos. Ele sugere realizar “já no primeiro ano de gestão” diversas mudanças no processo de escolha de Reitor: 2º turno com o mesmo colégio eleitoral do 1º e só necessário se a maioria (50% +1) não for alcançada pelo candidato vencedor; Reitor eleito junto com seu Vice-Reitor; escolha do Reitor deve se completar no âmbito da USP

1. ESTATUINTE

Quando, em 2006, o Conselho Universitário (Co) elegeu uma Comissão Especial para tratar da reforma do Estatuto, a primeira ação foi consultar as Unidades sobre sugestões de temas para discussão. Foram recebidas cerca de 400 sugestões, oriundas de todas as Unidades da USP, as quais foram mapeadas no Estatuto para quantificar a frequência com que ca-

da artigo foi citado para alteração. Ficou evidente que a esmagadora maioria das sugestões de mudança se concentrou em três temas: 1. Estrutura de colegiados e eleições; 2. carreira docente; 3. estrutura administrativa e descentralização. Assim, não havia demanda para mudança completa do Estatuto, mas modificações em pontos específicos, e para esta finalidade não pareceu necessária

a instalação de uma assembleia estatuinte.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

Colegiados universitários em geral acumulam atribuições administrativas e acadêmicas. Se por um lado, para aumentar sua representatividade, é desejável que os colegiados sejam amplos o bastante para incluir todos os interessa-

dos e envolvidos nas atividades universitárias, por outro lado há necessidade de preservar sua eficácia e governabilidade. Por esta razão, o sistema representativo é o adotado. No entanto, entendo que há clara necessidade de mudanças na estrutura acadêmico-administrativa da USP que promovam a reorganização dos colegiados visando sua maior eficiência e representatividade e a participação mais ampla na es-

colha dos dirigentes. Por exemplo, conselhos departamentais precisam da participação de representantes dos servidores técnico-administrativos; pós-doutores constituem hoje importante contribuição para a pesquisa e a pós-graduação e deveriam estar representados em conselhos e congregações; a previsão da LDB de ter até 30% de representantes não-docentes em colegiados é uma meta

factível de ser atingida na USP; todas as categorias docentes deveriam eleger representantes. No que se refere à escolha de dirigentes, considere importante a participação de todos os que têm uma vida ativa na Universidade — penso, além dos conselhos centrais e congregações, nos conselhos departamentais, nas ordenações de cursos de graduação e de programas de pós-graduação — os quais poderiam participar da eleição do Reitor, juntamente com os representantes discentes no limite da LDB. O segundo turno, com o mesmo colégio eleitoral, somente seria necessário se a maioria (50%+1) não for alcançada pelo candidato vencedor. Acho importante também que o Reitor deve ser eleito junto com seu Vice-Reitor. Finalmente, se for esse o entendimento da comunidade e a legislação o permitir, a escolha do Reitor deve se completar no âmbito da Universidade. E estas mudanças devem ser realizadas já no primeiro ano de gestão.

3. AÇÃO DO GATILHO

Temos que caminhar rapidamente para um acordo visando o cumprimento de decisões judiciais irrecorríveis, compatível com a capacidade orçamentária para o pagamento do devido.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

A Universidade é o espaço primordial das idéias, no qual a convivência com o contraditório é essencial para o avanço do conhecimento, e incompatível com qualquer forma de violência para impor ideologias ou pontos de vista. O diálogo permanente, através de todos os canais possíveis, é o caminho para superar todos os problemas da Universidade. Portanto, a presença da PM no campus deve ser evitada sempre, e isto é uma responsabilidade de todos nós: por um lado o direito à greve e às livres manifestações pacíficas deve ser sempre respeitado e defendido, por outro não deve haver recurso à violência como o blo-

“Nossa proposta é trabalhar ativamente para a constitucionalização da fração tributária para as universidades paulistas, ou seja, a sua inscrição na Constituição do Estado, à semelhança dos recursos para a Fapesp”

queio de prédios e as agressões a não-grevistas. Propomos antecipar as negociações salariais para pelo menos três meses antes da data-base, com reuniões técnicas preparatórias e transparência total através de divulgação ampla do teor e conteúdo das negociações. Também propomos, sempre que necessário, utilizar a disponibilidade dos meios eletrônicos para implementar, com os requisitos de segurança e validação, um sistema de consulta à comunidade universitária, em seus três segmentos, que permita auscultar amplamente a opinião sobre temas centrais, mediante aprovação prévia da consulta e de seus termos pelos colegiados competentes. Estes canais de diálogo devem evitar qualquer recurso à violência.

5. REFORMA DA CARREIRA

A proposta de criação de níveis de progressão horizontal tem como mérito maior permitir o reconhecimento concreto da realização de atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa, extensão e gestão acadêmica, de forma equilibrada, assim resgatando o ethos universitário hoje tão polarizado pela valorização quase que única das atividades de pesquisa.

A nova carreira docente está em discussão no Co desde março de 2006, quando foi constituída Comissão Especial para estudar a reforma do Estatuto. Após consulta inicial às Unidades, mais de 400 sugestões foram recebidas, organizadas e sistematizadas em quatro blocos temáticos, um deles sobre a carreira docente. No segundo semestre de 2007, propostas preliminares sobre cada tema foram apresentadas ao Co e submeti-

das às Unidades, e resultaram em 222 novas sugestões, 130 das quais referentes à carreira docente. Estas sugestões foram novamente sistematizadas e apresentadas em nove audiências públicas realizadas em junho e agosto de 2008, em todos os campi da USP, amplamente anunciadas e abertas a toda comunidade universitária. Sugestões colhidas nestas audiências foram incluídas na proposta da Comissão Especial e finalmente encaminhadas ao Co para apreciação. Em 2/12/08 o tema foi apresentado em plenário, e após longa discussão, foi retirado de pauta para apreciação mais detalhada pelas Unidades, retornando finalmente para votação três meses depois, em 4/3/09. A mudança na carreira recebeu 76 votos favoráveis em pouco mais de 90 votantes, em votação secreta. Minha impressão é de que o processo seguiu rito aberto e participativo, com ampla oportunidade de discussão.

6. SALÁRIOS

A maior riqueza da USP são as PESSOAS, responsáveis pelo sucesso da Universidade com seu trabalho cotidiano. Temos que valorizar e reconhecer nossos docentes com salários dignos e compatíveis com o mérito e a excelência acadêmica exercida pela USP no cenário nacional. Nossas propostas para avançar nestas questões são:

a. Propor e trabalhar ativamente para a constitucionalização da fração tributária para as universidades paulistas, ou seja, a sua inscrição na Constituição do Estado, à semelhança do que é feito com os recursos para a Fapesp. Isso permitirá o planejamento de médio e longo prazo, atre-

lado a metas pactuadas com a sociedade, e terá a virtude de equacionar os problemas associados aos potenciais impactos tributários de políticas de redução e isenção do ICMS e das reformas tributária e previdenciária. Nesta situação a Universidade pode ter mais segurança na adoção de reajustes salariais que recompõem seu poder aquisitivo;

b. Antecipar as negociações salariais para pelo menos três meses antes da data-base, com reuniões técnicas preparatórias e transparência total através de divulgação ampla do teor e conteúdo das negociações;

c. Prosseguir com a implantação da nova carreira docente, aprovada pelo Co, que criou níveis de progressão horizontal, mediante avaliação das efetivas contribuições dos docentes na realização de atividades universitárias, com mérito, dedicação e engajamento. Os elementos de avaliação deverão considerar equilibradamente as atividades de pesquisa, ensino, extensão e gestão acadêmica. Considero que estas etapas de progressão na carreira (e salarial) devem motivar ainda mais a dedicação de nossos docentes;

d. Promover, de forma compatível com nossas capacidades orçamentárias, a adoção de benefícios complementares que, muitas vezes, representam impacto maior na qualidade de vida, como exemplo, acesso a um seguro saúde inclusivo e de qualidade, vale-alimentação e auxílio-creche, com valores equivalentes aos oferecidos aos servidores técnico-administrativos.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

A formação acadêmica do

aluno da USP no século XXI deve ter como características um ensino mais formativo, com estímulo à atitude empreendedora em relação à própria educação, incorporação de novas tecnologias ao ensino, exposição a outras áreas do conhecimento, ênfase no desenvolvimento de habilidades pessoais. Entre as várias ações concretas que propomos, descritas em www.glauciusoliva.com.br, está a meta de que todos os cursos de graduação da USP estejam entre os melhores do país, comparáveis aos melhores cursos do mundo. Almejamos ter 100% de inclusão digital dos estudantes de graduação, 100% das disciplinas com página na internet e 100% de cobertura wireless nos campi da USP, o que estimulará a incorporação das novas tecnologias de informação no processo de ensino.

Já na pós-graduação propomos oferecer formação de excelência e nível internacional, em todas as grandes áreas do conhecimento, de forma indissociável das atividades de pesquisa, provendo o país com expressivo contingente de mestres e doutores de alto nível. Devemos desenvolver paulatinamente um sistema de avaliação interno da pós-graduação, complementar à avaliação externa da Capes, incluindo uma visão sobre excelência da pós-graduação internacional e propor revisão de critérios de avaliação Capes, introduzindo um período de carência de cinco anos na contabilização da produção científica de novos docentes, assim estimulando seu credenciamento como orientadores plenos nos programas de pós-graduação da USP.

8. ORÇAMENTO

Propomos adotar a transparência e a publicidade total no exercício administrativo da atividade pública universitária, bem como na divulgação das metas periodicamente estabelecidas para as realizações acadêmicas e sua avaliação.

FRANCISCO MIRAGLIA



“É fundamental modificar globalmente um Estatuto herdado da ditadura militar”

“Separar estritamente os que exercem o poder daqueles que decidem como será exercido” é um dos objetivos da Estatuinte “exclusiva, democrática e soberana” proposta pelo professor Francisco Miraglia, do Instituto de Matemática e Estatística. Toda eleição para cargos executivos, inclusive a de Reitor, deve ser direta, defende, com o voto de docentes, estudantes e funcionários, e encerrar-se no âmbito da unidade ou da própria USP, e “todo professor doutor em RDIDP deveria poder candidatar-se”

1. ESTATUINTE

Penso ser essencial haver uma Estatuinte, exclusiva, democrática e soberana, com ampla representação de professores, estudantes e funcionários, que se dissolva uma vez concluídos os seus trabalhos. É fundamental modificar globalmente um Estatuto que essencialmente é herdado da ditadura militar, assim como separar estritamente os que exercem o poder daqueles que decidem como será exercido. A constituição de uma tal Estatuinte deve ser objeto de discussão e negociação dentro do corpo da universidade.

Uma proposta já amplamente discutida entre professores, estudantes e funcionários é que sua constituição seja paritária.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

A composição dos colegiados necessita de reformulação urgente, ampliando consideravelmente a representação de estudantes e funcionários técnico-administrativos e

eliminando a primazia dos professores titulares. É bom registrar que nem mesmo a determinação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 70% de docentes, é respeitada na composição dos colegiados da USP. Já a indicação para cargos executivos deve ser feita por meio de eleições diretas, com a participação de docentes, estudantes e funcionários, encerrando-se no âmbito da unidade ou da Universidade, com o fim das listas tríplexes, tanto para diretor, como para reitor. No caso do reitor, a existência de lista tríplex ameaça a autonomia da universidade. Consideramos ainda que todo professor doutor em RDIDP deveria poder candidatar-se a qualquer cargo executivo na USP.

3. AÇÃO DO GATILHO

Providenciar o cumprimento da decisão judicial transitada em julgado, no melhor interesse dos beneficiários da ação e da Universidade de São Paulo.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

Os fatos ocorridos no dia 9 de junho de 2009 no campus do Butantã constituíram-se em enorme agressão à universidade e à sua autonomia. Nenhum tipo de força policial deve ser invocado para tentar “resolver” problemas universitários. O modo adequado de lidar com os conflitos que surjam na vida universitária deve ser o permanente exercício do diálogo e da negociação, criando canais estáveis de discussão das questões acadêmicas, de infraestrutura, traba-

lhistas, de permanência estudantil e salariais.

5. REFORMA DA CARREIRA

Sou contrário à proposta de mudança de carreira docente em discussão no Conselho Universitário. Ela é frágil do ponto de vista conceitual e mistura, de maneira inadequada, carreira docente com estrutura de poder e salários. Uma carreira mais adequada às necessidades da USP incluiria o nível MS-2 e, eventualmente, o MS-1, com o intuito de promover o rejuvenescimento do quadro docente, mantendo o sistema atual de progressão baseado em concursos e processos públicos, com bancas constituídas especificamente para tal fim. Além disto, é essencial que as atividades de ensino, extensão e de gestão universitá-

ria passem a ter um peso significativo para o progresso na carreira docente.

Seria, ainda, desejável que a carreira fosse de fato aberta, com a possibilidade de acesso ao cargo de Professor Titular a todos que possuíssem as qualificações acadêmicas necessárias. A atual proposta cria uma corrida de obstáculos, podendo vir a remeter a avaliação a pareceristas ad hoc, em julgamentos não públicos. Não sou membro do Conselho Universitário, mas se o fosse certamente votaria pela anulação da decisão de 4/3 deste ano, que aprovou a mudança na carreira docente.

6. SALÁRIOS

Caso venha a ser o próximo Reitor da USP, pretendo trabalhar dentro do Cruesp para que as negociações salariais se pautem pelo respeito mútuo entre as partes, com um cronograma construído de comum acordo. Considero que os docentes e funcionários técnico-administrativos trabalham por salários modestos, cerca de 30% dos corres-

“A atual proposta de mudança na carreira docente é frágil do ponto de vista conceitual e cria uma corrida de obstáculos, podendo vir a remeter a avaliação a pareceristas ad hoc, em julgamentos não públicos”

pondentes salários de 20 anos atrás. Esta questão é particularmente grave no caso dos docentes em início de carreira (MS-3).

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

Tanto a Graduação quanto a Pós-Graduação devem incentivar a formação crítica, multi e interdisciplinar, criando as condições para o exercício profissional com responsabilidade social. Se

por um lado é importante a formação de pesquisadores em todas as áreas do saber, é também importante, particularmente nas Escolas Profissionais, a existência de programas que possibilitem a transferência e o intercâmbio entre o conhecimento produzido na universidade e aquele oriundo do exercício profissional na sociedade. É fundamental que a administração central forneça a infraestrutura acadêmica e físi-

ca necessárias à consecução desses objetivos, de modo que os profissionais egressos da USP possuam formação básica sólida, capacitando-os a uma atuação diversificada e duradoura.

É importante que a universidade interfira, institucionalmente, nos critérios das agências de fomento e avaliação, exigindo respeito à diversidade da sua produção intelectual. Em particular, é central que a universidade

não seja correia de transmissão de critérios e procedimentos que não tenham sido amplamente discutidos pelos envolvidos no trabalho acadêmico.

8. ORÇAMENTO

O processo de debate sobre as prioridades orçamentárias deve ser amplo, envolvendo as três categorias, em todas as unidades, a partir de colegiados democráticos. Penso em garantir a transpa-

rência da execução orçamentária da USP, por meio da disponibilização, no sítio da Universidade, de todas as despesas efetuadas. Acredito que a constituição de um conselho formado por professores, estudantes, funcionários técnico-administrativos e administração da Universidade, para fiscalizar e exercer o controle social da utilização dos recursos, contribuirá para a transparência orçamentária.

ARMANDO CORBANI



“Há possibilidade de aumento real para a categoria e trabalharei nessa direção”

O professor Armando Corbani, pró-reitor de Pós-Graduação, considera defasados os vencimentos dos docentes da USP: “Os salários docentes merecem uma recomposição e entendo que já no início de mandato devem-se ter tratativas dentro do Cruesp para que se resolva tal situação”.

Quanto ao Gatilho, acena com o rápido pagamento, em que se dê preferência aos aposentados, depois aos próximos da aposentadoria etc

1. ESTATUINTE

Não vejo como uma estatuinte poderia resolver o problema da atual falta de participação efetiva dos alunos, dos funcionários e até dos docentes de forma geral nas comissões estatutárias e colegiados da universidade. Precisamos sim é de maior engajamento institucional.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

A composição atual dos colegiados poderia ser am-

pliada em sua representação contemplando os vários segmentos da universidade. Como exemplo, deveria haver participação de funcionários na composição dos Conselhos Departamentais. Muitos deles são técnicos experientes e têm um olhar diferenciado sobre as necessidades departamentais. Quanto à indicação de diretores das unidades acredito que se deva assumir a indicação da unidade considerando o docente mais votado. Para reitor uma boa medida seria caminharmos

aos limites da LDB, ampliando as representações. Decisões sobre um só turno ou outras formas devem ser discutidas pela comunidade e colegiados representativos.

3. AÇÃO DO GATILHO

A ação desse gatilho deve ser resolvida o mais rapidamente possível. O que for acertado deve ter o pagamento realizado, dentro do comprometimento orçamentário da universidade, mas por justiça talvez se possa iniciar com os já apo-

sentados, os mais próximos da aposentadoria, assim por diante.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

As questões internas da universidade devem ser tratadas em seu próprio ambiente. Sou contra a violência venha de onde vier. Nosso convívio deve ser de crítica com diálogo permanente. Demandas mais ou menos veementes, e mesmo conflitos, acontecem na universidade e podem alterar sua normalidade insti-

tucional. É preciso criar instrumentos institucionais para o diálogo constante, para a discussão política e a negociação, que acompanhem essas demandas não apenas nos momentos críticos.

5. REFORMA DA CARREIRA

A proposta em discussão nas unidades para implementação de critérios e formas de promoção me parece um avanço com relação a pleitos antigos dos docentes. Dependendo dessas respostas das unidades a pro-

“Atingimos 70% dos programas com conceito Capes 5. Diminuiu-se significativamente o número de programas com menor desempenho, segundo a recente avaliação realizada pela Capes”

posta pode ser aprimorada. O compromisso fundamental de uma gestão universitária deve ser o de valorizar seus recursos humanos, que constituem sua célula-mater. Para garantir o bom funcionamento institucional, as carreiras de docentes e funcionários técnico-administrativos devem ser aprimoradas e a progressão funcional deve privilegiar o mérito acadêmico e atividades-fim da Universidade. A valorização do tempo integral, em especial no nível inicial da carreira docente, e salários compatíveis, devem ser objeto de discussão em curto prazo.

6. SALÁRIOS

Os salários docentes merecem uma recomposição e entendo que já no início de mandato devem-se ter tratativas dentro do Cruesp para que se resolva tal situação. Há possibilidade de aumento real para a categoria e trabalharei nessa direção. Além de salários, o bom exercício funcional deve estar acompanhado de saúde e qualidade de vida. Com vistas a esse objetivo, há necessidade de ampliação e revisão dos serviços de atendimento médico, entre outros, a fim de que cumpram seu papel de dar mais segurança à comunidade universitária. Grupos de trabalho específicos para essa finalidade serão constituídos.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

Os cursos de graduação merecem atenção especial, compatibilizando-se a excelência na formação e o atendimento às exigências da sociedade contemporânea, que requer jovens com co-

nhecimento abrangente e sensíveis às rápidas mudanças. Deve-se buscar a flexibilização equilibrada da estrutura curricular dos cursos, respeitando as especificidades de cada área e observando duas premissas fundamentais: a complementaridade na formação dos alunos e a acreditação internacional dos cursos. Nossos cursos de Licenciatura têm se organizado harmonicamente entre as distintas áreas de conhecimento e sua crescente importância é indiscutível, considerando-se o projeto nacional de formação e qualificação de professores para o ensino fundamental e médio. A avaliação dos cursos de graduação deve ser feita de forma continuada, com ampliação do programa experimental em andamento na Pró-Reitoria de Graduação, valorizando-a como instrumento de gestão. Também é preciso deliberar sobre o engajamento institucional da USP no Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) já em discussão.

Tais procedimentos permitirão um diagnóstico do desempenho formativo dos cursos oferecidos pela Universidade, além de estreitar nossas relações com os organismos educacionais municipais, estaduais e federais visando oferecer nossa contribuição na condução de políticas públicas para o setor. Além disso, como um grande centro formador, a USP deve contar com sua editora Edusp no estabelecimento de ações institucionais para produção de material didático em escala compatível com a dimensão e a qualidade desta nossa Universidade, estimulando com apoio lo-

gístico a produção desses materiais pelos docentes. Ainda na questão da melhoria da qualidade de ensino, instituiremos um projeto institucional dedicado à obtenção e alocação de recursos para recuperação, aprimoramento e modernização de laboratórios didáticos, salas de aula, e bibliotecas, visando inclusive a sua adequação a novas tecnologias. A experiência internacional na graduação também deve ser estimulada, uma vez que possibilita uma ampliação do horizonte cultural dos estudantes. O programa de Inclusão Social da USP, Inclusp, desenvolvido já a partir do processo seletivo para nossos cursos de graduação tem se mostrado efetivo, tendo os estudantes beneficiados por esse Programa, apresentado os mesmos índices acadêmicos dos demais. Nesta condição, os programas de inclusão e de permanência estudantil, combinando valorização da escola pública com critérios socioeconômicos, serão ampliados, mantendo a qualidade acadêmica e avaliação constante como referência. No momento, cabe à Universidade realizar uma reflexão sobre sua dimensão e estrutura atuais e os meios necessários que permitam responder à demanda por novos cursos e ampliação de vagas, mantendo o comprometimento com a qualidade. Vale ressaltar que a relação alunos/docente na USP é equivalente à de universidades de classe mundial com nível de excelência.

A pós-graduação da USP é referência nacional e, nos últimos anos, iniciou sua projeção internacional. Desde os seus primórdios, tem

contribuído efetivamente para a transferência de conhecimento e o desenvolvimento socioeconômico do país, formando mestres e doutores em todas as áreas do conhecimento e nucleando grupos de pesquisa em todo o território nacional. Reúne mais de 22.000 estudantes, equilibrados em mestrados e doutorandos, distribuídos em 228 programas e cerca de 5.500 orientadores. O empenho de toda a comunidade acadêmica de nossa Universidade para melhoria da qualidade e eficiência dos programas, associado ao acompanhamento eficaz da Comissão Permanente de Avaliação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, apresentaram excelente resultado, sendo que atingimos 70% dos programas com conceito Capes 5. Diminuiu-se significativamente o número de programas com menor desempenho, segundo a recente avaliação realizada pela Capes, e houve um aumento expressivo do número de programas melhor avaliados. Visando ao contínuo aperfeiçoamento da pós-graduação, será intensificado o apoio institucional aos programas em fase de consolidação, bem como a condução de ações centrais e locais que garantam a sustentabilidade e a evolução de programas avaliados como excelentes. A interdisciplinaridade deve ser incentivada e incrementada tanto no âmbito dos programas interunidades como nos demais programas de pós-graduação, visando ao desenvolvimento de projetos na fronteira do conhecimento que, cada vez mais, apresentam caráter inter e multidisciplinar. Recentemente, foi aprovado um novo regimento pa-

ra a pós-graduação da USP, cuja elaboração contou com a participação efetiva de toda a comunidade, propiciando uma oportunidade para reflexão ampla e aprofundada sobre o aprimoramento da qualidade da nossa pós-graduação, tornando-a mais moderna, descentralizada, desburocratizada, informatizada e flexível, transferindo autonomia aos programas para seu efetivo gerenciamento. Ações voltadas para projetar os programas de pós-graduação da USP no cenário internacional serão intensificadas e aprimoradas. Além do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE), é importante criar novas oportunidades para que os estudantes de pós-graduação, principalmente os de doutorado, participem das atividades didáticas na graduação. Há que se considerar que a maior parte dos egressos da pós-graduação irá atuar em instituições de ensino, e, portanto é relevante uma preparação mais eficaz para atividades profissionais futuras de docência. Da mesma forma, estimularemos discussões sobre políticas de aproveitamento dos nossos mestres e doutores nos setores industriais e de serviços.

8. ORÇAMENTO

A transparência dos recursos orçamentários da universidade deve ser integral. Nos dá mais visibilidade como bem público, prestando contas à sociedade que nos confere os recursos. A própria transparência interna dos recursos orçamentários deve ser considerada para que se amplie a discussão sobre o orçamento.

RUY ALTAFIM



“Propostas para revisão do Estatuto devem ser tratadas no âmbito do Conselho Universitário”

Cabe ao Reitor eleito dar continuidade à análise iniciada pela Comissão Especial de Reforma, acredita o professor Ruy Altafim, pró-reitor de Cultura e Extensão. Ele entende, também, que tanto a atual composição dos colegiados como os processos de indicação de Diretores de Unidade e Reitor são satisfatórios, porque “contemplam os segmentos docente, discente e de funcionários”

1. ESTATUINTE

Propostas para revisão do Estatuto e do Regimento são temas que, dada sua complexidade e abrangência, devem ser tratados cautelosa e detalhadamente no âmbito do Conselho Universitário (como tem sido feito na revisão ora em andamento). A Comissão encarregada desta atividade exerceu sua autonomia e trouxe à tona sugestões decorrentes de muitas audiências em Unidades e de manifestações de Congregações. Cabe ao Reitor eleito encaminhar a continuidade desta análise pelo Co.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

A atual composição dos colegiados e os processos de indicação de Diretores de Unidade e Reitor atendem aos

requisitos regimentais em vigor na Universidade e contemplam os segmentos docente, discente e de funcionários. A divergência a respeito da proporcionalidade entre as representações poderá ser resolvida, ou amenizada, em capítulo específico da revisão do Estatuto/Regimento atualmente em andamento no Co.

3. AÇÃO DO GATILHO

O pagamento aos beneficiários, dada a ordem de grandeza dos valores envolvidos, deve ser objeto de cuidadosas tratativas entre as partes para equacionar a forma viável de cumprimento da decisão judicial.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

Minha gestão será caracterizada pelo diálogo per-

manente com representantes de todos os segmentos que compõem a Universidade. Acredito que, com tal atitude, será possível contribuir eficazmente para que as decisões sejam pacíficas, marcadas apenas pela busca do consenso e, se este se mostrar impossível, pela convergência em direção ao possível.

5. REFORMA DA CARREIRA

A proposta referente à mudança da Carreira Docente vem sendo tratada em diversas instâncias. Nada impede que, independentemente de qualquer evento jurídico, sua discussão prossiga no Co e seja ampliado o tempo para análise dos detalhes que a compõem. Entendo que a proposta atual contém elementos interessantes que poderão ser aperfeiçoados

caso sua implantação seja aprovada.

6. SALÁRIOS

O fórum para a discussão salarial é o Cruesp. Favorável à manutenção da isonomia entre as três Universidades Públicas Paulistas, sou sensível a dois aspectos: de um lado à necessidade da gradativa recuperação dos salários e, de outro, à realidade orçamentária vivenciada na USP, na Unicamp e na Unesp. Embora se trate de equação de solução complexa, o posicionamento da USP será fundamentado em propostas emanadas do Co.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

A USP tem os Conselhos Centrais de Graduação e de Pós-Graduação com compe-

tência regimental para avaliar e implantar ações, articuladas com as Unidades, para manter e expandir a excelência em todos os cursos e programas oferecidos.

Na Pós-Graduação, a avaliação adotada pela Capes é fruto da decisão de docentes universitários, nossos pares, e apresenta muitos aspectos positivos. Admito que é imprescindível a existência da avaliação dos Programas e reconheço que o Reitor e o Pró-Reitor devem agir em consonância com as decisões do Conselho de Pós-Graduação para ampliar a influência da USP no aperfeiçoamento da avaliação, aí incluindo tópicos como os Qualis de publicações e de eventos, critérios para distribuição de recursos e bolsas, entre outros.

“Reitor e Pró-Reitor devem agir em consonância com as decisões do Conselho de Pós-Graduação para ampliar a influência da USP no aperfeiçoamento da avaliação, aí incluindo os Qualis de publicações e de eventos e critérios para distribuição de recursos e bolsas”

SONIA PENIN



“Uma Estatuinte deve ser programada no início do mandato”

“O melhor caminho” para reformar o Estatuto, no entendimento da professora Sonia Penin, diretora da Faculdade de Educação, “é fazer uma análise de conjunto, radical e rigorosa”, por meio de uma Estatuinte legitimada pela participação das entidades representativas. A candidata rejeita a convocação da tropa de choque: “Solicitar a presença da polícia no campus para lidar com disputas entre categorias mostra incapacidade de uma instituição em se autogerir”

1. ESTATUINTE

O Estatuto da USP é de 1988 e desde então mudanças significativas ocorreram no mundo e na USP. Aspectos dele têm sido tratados separadamente. Tentativas de discussões mais concentradas não foram até agora frutíferas, em parte, entendo, por falta de diálogo adequado entre os diferentes segmentos da USP. Por estas questões o melhor caminho no meu entender é fazer uma análise de conjunto, radical e rigorosa, com procedimento legitimado por tais segmentos. Para tal, uma estatuinte deve ser programada no início do mandato.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

Estas questões devem estar incluídas na estatuinte.

Os colegiados devem representar de forma mais equânime a diferenciação interna da universidade, observada a natureza da instituição e sua função social. Dirigentes devem ser escolhidos de acordo com a indicação majoritária da comunidade, não havendo a possibilidade de ser vencedor o segundo ou terceiro colocado de uma lista tríplice.

3. AÇÃO DO GATILHO

Decisão judicial é para ser cumprida. Reitoria e credores devem se reunir e decidir uma forma do débito ser pago em tempo determinado. Deve-se tentar ainda acordo extraordinário junto ao governo estadual. Esta é mais uma razão para se buscar a superação das diferenças internas entre os diferentes

segmentos da universidade. Uma comunidade coesa terá mais força política junto ao governo para demandas desta ou qualquer outra natureza.

4. POLÍCIA NO CAMPUS

Solicitar a presença da polícia no campus para lidar com disputas entre categorias mostra incapacidade de uma instituição em se autogerir. Uma universidade que se quer de excelência deve mostrar sua competência também na administração de conflitos.

5. CARREIRA DOCENTE

Carreira é uma questão central na vida de um profissional. Mudanças devem ocorrer com ampla discussão que permita adequada visão de conjunto. Por ter sido posta para discussão em tem-

po de férias, em curto espaço de tempo e ainda de forma segmentada a proposta ficou pouco legitimada na compreensão de muitos. Se for comprovado vício de forma no procedimento de votação entendo que a mesma deva ser revista.

6. SALÁRIOS

Os salários precisam ser melhorados para a valorização da profissão. Entendo que uma discussão a respeito de salários como qualquer outro assunto deve considerar a situação mais ampla do país e a distribuição da riqueza nacional. As instituições públicas do país e não apenas as estaduais devem discutir de forma conjunta objetivando a valorização da escolarização da população brasileira em todos os níveis. Há iniquida-

des relativas à distribuição da riqueza nacional que precisam ser analisadas. Mesmo sendo altos os nossos gastos públicos comparativamente a outros países de semelhante nível de desenvolvimento (cerca de 40% contra aproximadamente 25% do Produto Interno Bruto), os salários da área da educação são muito menores do que os de áreas como a jurídica, a legislativa e mesmo outras carreiras do executivo. Essa discussão política a USP pode deflagrar e realizar, apoiada em números e indicadores, contando com competências qualificadas para isso.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

Entendo que deve ser realizado um debate articulado

“Há que se discutir coletivamente” um plano institucional de crescimento da USP. “Quais cursos, que infraestrutura, que ampliação de vagas etc. Discussão coletiva, transparência e prestação de contas”

entre as quatro pró-reitorias, precedido de discussões entre as comissões acadêmicas nas unidades refletindo a respeito do objetivo institucional de cada uma e da universidade como um todo. A avaliação da pós-graduação procedida pela Capes é anterior às recomendações avaliativas inscritas na LDB. Gra-

duação e pós-graduação fazem parte da tarefa de formação de profissionais que a universidade deve promover. Como valorizar ambos os níveis de formação? O trabalho dos docentes junto à graduação deve ser adequadamente valorizado nos critérios da Capes, junto com a pesquisa e o programa da

pós. No âmbito nacional SINAES e Capes devem se articular, dado que avaliação institucional inclui a formação em ambos os níveis, assim como a produção científico-cultural. Igualmente, há que se rever como se dão as publicações relevantes em diferentes campos do conhecimento.

8. ORÇAMENTO

O orçamento USP para 2009 foi de 3 bilhões e 57 milhões de reais, dos quais aproximadamente 83% destinados ao pagamento de pessoal, ativo e inativo. Do que sobra, 63 milhões de reais foram destinados para Programa de Expansão do Ensino Superior e da Pesquisa, com base em propos-

tas específicas de cada unidade. Em que pese a necessidade de cada unidade se manifestar a respeito de seu crescimento há que se discutir coletivamente um plano institucional desse crescimento. Quais cursos, que infraestrutura, que ampliação de vagas etc. Discussão coletiva, transparência e prestação de contas.

SYLVIO SAWAYA



“Proponho a revisão da decisão do Co em favor de uma proposta mais inclusiva”

Rever a deliberação de 4/3/09 do CO relativa à carreira docente, com vistas a uma proposta “mais inclusiva e abrangente”, é a proposta do professor Sylvio Sawaya, diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Ao mesmo tempo, ele defende que qualquer reforma estatutária seja obra exclusiva dos colegiados existentes: “Não vejo espaço para deliberações que envolvam processos distintos dos previstos nesses órgãos, o que vale inclusive, para a convocação de uma Estatuinte”

1. ESTATUINTE

Acredito haver nesta conjuntura, condição para uma reestruturação de porte do Estatuto e do Regimento da USP a partir dos órgãos colegiados existentes, não vejo espaço para deliberações que envolvam processos distintos dos previstos nesses órgãos, o que vale inclusive, para a convocação de uma Estatuinte.

2. COMPOSIÇÃO DOS COLEGIADOS E INDICAÇÃO DE DIRETORES E REITOR

O Conselho Universitário deverá contar com representações expressivas das várias categorias de professores, bem como deverá ter representante para cada Unidade existente, Museus, Institutos e órgãos da Administração; deverá ter representação máxima permitida

para funcionários e estudantes, deverá acrescer representações proporcionais ao número de professores e estudantes de cada Unidade de Ensino e Pesquisa. Tendo em vista seu funcionamento, dado o número maior de membros, deverá ter suas atividades divididas por Câmaras, ficando as reuniões plenárias apenas para assuntos fundamen-

tais. Nas Congregações e demais órgãos colegiados, deverá haver uma revisão equivalente da sua composição, sendo que, em todos os órgãos, estarão presentes representações dos funcionários e estudantes.

3. AÇÃO DO GATILHO

O gatilho deverá ter sua remuneração feita, respeitadas as considerações em tor-

no de seu montante e condições de pagamento, em função dos valores envolvidos.

4. POLÍCIA MILITAR NO CAMPUS

A decisão do Conselho Universitário referida é inócua, uma vez que o pedido de reintegração de posse e um eventual apoio policial é atribuição legal do detentor do cargo executivo da instituição

“O sistema de remuneração dos professores deverá ser entendido como piso básico relativo às horas trabalhadas, acrescido de valores relativos às contribuições havidas, por exemplo remuneração por orientação concluída e outras”

— o Reitor. O episódio ocorrido em 9/6/09 deveu-se à uma radicalização de posições e a um ultrapassamento da necessidade de preservar o edifício e seu livre acesso.

5. REFORMA DA CARREIRA

Proponho a revisão da decisão votada pelo CO em função de uma proposta mais inclusiva e abrangente.

6. SALÁRIOS

Há que se distinguir entre ganho real e atualização do valor dos salários. Os funcionários devem ser ouvidos em todas as categorias a propósito dessa discussão. O sistema de remuneração dos professores deverá ser entendido como piso básico relativo às horas trabalhadas, acrescido de valores relativos às contribui-

ções havidas, por exemplo remuneração por orientação concluída e outras.

7. GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, CAPES E QUALIS

A Graduação é fundamental e para isso, sua atualização, o entusiasmo em realizá-la e a convocação de colaboradores deverá ser implantada. A Pós-Gradua-

ção, por conta de seu caráter temático, deverá valorizar os programas, sendo eleitas diretrizes básicas para as ênfases julgadas mais fundamentais. A avaliação Capes deverá ser redirecionada para uma visão mais ampla e universitária, devendo haver ação da USP nesse sentido junto ao Governo Federal.

8. ORÇAMENTO

O orçamento da USP vem sendo revisto a partir da composição do orçamento do exercício anterior. Cabe uma discussão em todos os órgãos colegiados para aprofundar as considerações e proposições, tendo em vista um programa USP de atividades.

Os debates realizados pelas unidades e por entidades como a Adusp têm permitido conhecer, com maior detalhamento, o que pensam os reitoráveis sobre as questões nevrálgicas da vida universitária. Eles também propiciam imagens interessantes, como se pôde constatar, por exemplo, no debate realizado na FFLCH: o protesto dos estudantes por “democracia já” na USP estabeleceu um incisivo contraponto com o espaço hierarquizado da Congregação.



As fotografias desta edição do *Informativo Adusp*, que registram os debates de 17/9 no ICB e na FFLCH, e de 24/9 no IO, são do repórter-fotográfico Daniel Garcia

2º Debate da Adusp

**13/10, terça-feira, às 17 horas,
no auditório do Instituto Oceanográfico.**

Será transmitido ao vivo para Ribeirão Preto,
no anfiteatro do Centro de Informática (CIRP).

PRESENCAS CONFIRMADAS:

Armando Corbani, Francisco Miraglia, João Grandino Rodas,
Ruy Altafim, Sylvio Sawaya e Wanderley Messias da Costa

TEMAS:

estatuinte; estrutura de poder;
financiamento; política salarial;
relacionamento com as entidades representativas.

Eleição democrática para Reitor

14 e 15/10, quarta e quinta-feira.

Urnas nas unidades.